



GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR JORGE QUINTINO

REQUERIMENTO Nº /2025

Requeiro à Mesa Diretora dessa respeitosa Casa, após ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Caruaru, Rodrigo Pinheiro, o **Anteprojeto de Lei que "Dispõe sobre a proibição de nomeação, para cargos em comissão no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Caruaru, de pessoas condenadas por crimes contra crianças e adolescentes, nos termos que especifica", e dá outras providências.**

EMENTA: Dispõe sobre a proibição de nomeação, para cargos em comissão no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Caruaru, de pessoas condenadas por crimes contra crianças e adolescentes, e dá outras providências.

Art. 1º Fica vedada a nomeação, para cargos em comissão no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Caruaru, de pessoas que tenham sido condenadas, com sentença transitada em julgado, por crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se crimes contra crianças e adolescentes aqueles previstos, entre outros, nos seguintes diplomas legais:

- I – Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940);
- II – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990);
- III – Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), quando a vítima for menor de 18 anos;
- IV – Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Art. 3º A vedação prevista nesta Lei perdurará até o cumprimento integral da pena imposta.



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, Estado de Pernambuco

02 de junho de 2025.

Vereador PROFESSOR JORGE QUINTINO Autor

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem como objetivo reforçar os princípios da moralidade e da proteção integral à criança e ao adolescente na Administração Pública Municipal de Caruaru, por meio da vedação à nomeação de pessoas condenadas por crimes praticados contra menores de idade para cargos em comissão.

De acordo com dados do **Censo Demográfico de 2022**, o Município de Caruaru possui mais de 80 mil crianças e adolescentes com menos de 18 anos. Ainda segundo o **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**, foram registradas **mais de 180 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes no Brasil apenas em 2023**, por meio do Disque 100, sendo a maioria dos casos relacionados a violência sexual, física e negligência.

A Constituição Federal, no artigo 37, impõe à Administração Pública o dever de seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, o artigo 227 da mesma Carta Magna impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com absoluta



prioridade, os direitos da criança e do adolescente, inclusive à proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse sentido, a presente proposição se alinha à **jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**, que admite a imposição de requisitos de moralidade para cargos em comissão, considerando que estes não dependem de concurso público e envolvem relação direta de confiança com a Administração.

Além disso, a iniciativa é respaldada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que em seu artigo 70 impõe a toda sociedade o dever de prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

É importante mencionar que proposições similares já foram apresentadas ou aprovadas em outras localidades, como forma de coibir o ingresso de pessoas com histórico de violência contra menores em funções públicas de confiança, o que demonstra a viabilidade e a aderência da matéria à legislação vigente.

Dessa forma, este Anteprojeto representa não apenas um compromisso ético da gestão pública com a proteção da infância e juventude, mas também uma resposta institucional concreta à sociedade caruaruense, que espera dos gestores públicos rigor e responsabilidade na condução da coisa pública.

Contando com o apoio dos nobres pares, solicito o encaminhamento deste Anteprojeto ao Chefe do Executivo Municipal para os devidos fins.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, Estado de Pernambuco

02 de junho de 2025.

Vereador PROFESSOR JORGE QUINTINO Autor